

CONSTRUÇÕES DE TÓPICO EM LÍNGUA ESCRITA

Existem certos preconceitos herdados pela tradição gramatical greco-latina que, apesar de peremptoriamente combatidos pelos manuais introdutórios de Lingüística, parecem resistir ao tempo e aparecem às vezes sub-reptícia ou mesmo claramente em trabalhos de lingüistas renomados. Um deles é o de que língua escrita, formal, seria de alguma forma "superior", à língua oral. Erica Garcia (1975) diz textualmente em seu livro que considera a língua escrita superior à oral, mais completa, etc. Givón (1979) e Elinor Ochs (1980) não o dizem em termos tão declarados mas seus trabalhos mais recentes estão informados por este preconceito, quando estudam o que Givón chama de "modo pragmático versus modo sintático" e Ochs "discurso relativamente planejado versus discurso relativamente não-planejado". Tentarei mostrar neste trabalho que as concepções de ambos estão calcadas em uma visão falsa de relação entre linguagem oral e linguagem escrita. Como as construções de tópico são usadas por ambos para comprovar seus pontos de vista, recorrerrei amplamente a observações que tenho realizado sobre a incidência destas construções em línguas como o português, espanhol e francês.

1. Oposição modo pragmático x sintático em Givón (1979)

Givón (1979) afirma que as construções de tópico (em que ele engloba topicalização e deslocamento para a esquerda) são típicas do "modo pragmático", enquanto que a construção sujeito-predicado é

típica do “modo sintático”. Para ele, o “modo pragmático” é anterior, filogeneticamente, ao “modo sintático”. A linguagem humana teria evoluído do modo pragmático para o sintático.

Segundo sua concepção, a sintaxe evoluiria a partir do discurso, assim como o modo sintático do modo pragmático. O que caracterizaria o “modo pragmático” seria: a estrutura tópico-comentário, a coordenação frouxa, a baixa média de expedição (delivery), a ordem das palavras governada por *um* princípio pragmático — informação velha primeiro, nova depois; a taxa um-a-um de nomes-verbos no discurso, com os verbos sendo “semanticamente simples”; nenhum uso de morfologia gramatical; entonação proeminente (o acento marca o foco de informação nova; a entonação do tópico é menos proeminente). Já o “modo sintático” teria como características, em oposição ao “modo pragmático”: estrutura de sujeito-predicado; subordinação compacta; rápida taxa de “expedição” (com um único contorno entonacional); a ordem de palavras usada para assinalar funções de caso semânticos; maior taxa de nomes sobre verbos no discurso, os verbos sendo “semanticamente complexos”; uso elaborado de morfologia gramatical; entonação mais ou menos a mesma que no modo pragmático (p. 223).

Estas dicotomias, segundo ele, existem em três pares contrastivos de comunicação humana: pidgins x crioulos, criança x adultos, linguagem formal x informal.

Ele dá um exemplo de “pidgin” havaiano, dizendo que, enquanto este parece “não ter nenhuma sintaxe”, sua pragmática ao nível do discurso é virtualmente intata. Assim, segundo ele, identificar sujeito e predicado neste pidgin é uma tarefa difícil, mas identificar a mensagem, em particular tópico e comentário — é muito mais fácil. Reproduzo aqui um pequeno trecho do “pidgin” havaiano que G. cita: “. . . Oh me? . . . Oh me over there . . . nineteen-twenty over there say come. . . store me stop begin open . . . me sixty year. . . little more sixty year. . . now me ninety. . .”. Cabe aqui uma primeira observação crítica: parece-me que o que pode ser fácil identificar neste texto é tópico e comentário do discurso, mas não vejo nele estruturas de tópico-comentário. Conforme já tratei em trabalho anterior (Pontes, 1980) é necessário distinguir tópico do discurso de *estruturas* de tópico. O próprio Givón em seu livro, desde o capítulo 2, estuda “construções de tópico-comentário”, englobando sob esse título construções que desde John Ross (1967) são conhecidas como: topicalização, deslocamento para a esquerda, sentenças truncadas, além das passivizadas, e outras. De um modo geral, em todo seu livro ele estava sendo consistente, inclusive no capítulo (o quinto) em que ele trata da sintaticização. Verifica-se neste capítulo, no entanto, um deslize, porque não me parece que se possa encontrar neste “pidgin” nenhuma construção do tipo citado. Esta inconsistência é grave, porque opor uma estrutura sintática como a

de sujeito-predicado a uma noção semântica (ao nível do discurso) de tópico-comentário é baralhar toda a questão. Quando ele diz que o sujeito é originado do tópico (1979: 209) ele usa um exemplo de construção TC: My ol' man, he rides with the Angels. —————>
 Topic Pro V

My ol'man he-rides with the Angels.

Esta é uma construção que se encontra em Inglês, bem como em Português e outras línguas românicas. Aqui, vê-se que se trata de uma construção de tópico. Mas no "pidgin" citado, nem se pode identificar a *construção* de SP, nem nenhuma construção de TC. O que se pode descobrir é o tópico do discurso, que é uma noção semântica: o assunto de que se está falando. Confusões deste tipo devem ser evitadas, porque levam a um obscurecimento da questão. E no caso do trabalho de Givón, leva a prejudicar completamente sua argumentação, porque ele está comparando duas "entidades" lingüísticas diferentes.

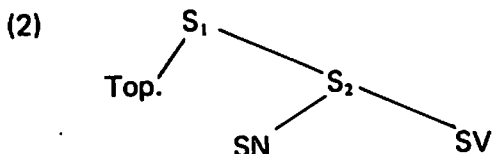
Aliás, toda a argumentação de Givón peca pela base, porque ele parte da consideração de que tópico é uma noção "discursivo-funcional" e que o sujeito é uma noção "sintático-gramatical". Mas tópico só é unicamente discursivo na acepção semântica de "assunto". No momento em que estamos tratando do tópico que aparece em sentenças topicalizadas, com deslocamento para a esquerda, ou outras que Givón mesmo arrola, já estamos tratando do tópico gramaticalizado de alguma forma. E isto é mais evidente em línguas como as estudadas por Li & Thompson (1976). Estes autores mostraram que há línguas em que inclusive o tópico é indicado não só sintaticamente, mas também morfológicamente, ou seja, há um morfema para indicar o tópico (como no Japonês).

Em Português e muitas outras línguas, o tópico é marcado pela posição na sentença, que é a primeira; pela ocorrência, muitas vezes, do pronome anafórico ao tópico; e pela entonação, que ainda não foi descrita, sendo frequente (embora não obrigatória) uma quebra entonacional depois de tópico. Veja-se o exemplo (1) (para um estudo detalhado, ver Pontes, 1980).

(1) Aquele livro, eu coloquei ele na estante agora mesmo.

Não consigo compreender porque Givón quer estabelecer uma distinção tão grande, lingüisticamente, entre *tópico* e *sujeito*. Também o *sujeito* costuma ser identificado nas línguas pela posição em que ocorre na sentença, ou eventualmente por algum morfema. Não vejo razão para não considerar o tópico como uma noção sintática, também. Mesmo numa visão de sintaxe como limitada ao âmbito da sentença o

tópico pode ser considerado sintático, porque ele ocorre dentro da sentença. Daí, transformacionalistas terem-no colocado na árvore da seguinte maneira:



Acho que corresponde perfeitamente aos fatos, essa estrutura.

S_1 é a sentença maior, que é formada de Tópico e Comentário. O Comentário, por sua vez, é expresso por uma sentença completa, com sujeito e predicado. Não pretendo discutir aqui o problema de se essas sentenças são derivadas ou básicas, se existem transformações ou não. Estou apenas colocando a estrutura como ela aparece na superfície.

Voltando ao "pidgin", para Givón as razões que governam o uso exclusivo do modo pragmático, nele, são:

- a) "stress" comunicativo
- b) falta de "background" pragmático comum
- c) contexto imediatamente óbvio.

Em seguida, Givón mostra um paralelismo entre o "pidgin" e a linguagem da criança (em contraposição à do adulto). Nela, os tópicos são abundantes, às expensas de sujeito. Segundo ele, "a criança adquire primeiro um *sistema comunicativo* que exhibe as características do modo pragmático". Ela vai evoluindo "do extremo pragmático para o extremo sintático. O epítome deste último é o modo formal escrito" (1979: 226 ss).

Reconhecendo que estudos da linguagem informal são escassos afirma basear-se em Elinor Ochs (ex-Keenan) que observou "o surpreendente paralelismo entre os registros do discurso criança x adulto e do discurso planejado x não-planejado". Em resumo, o discurso não planejado informal para Givón:

- a) "Mostra mais construções topicalizadas (deslocamento à esquerda); estas estão quase totalmente ausentes no registro formal planejado.
- b) Favorece coordenação frouxa sobre a subordinação compacta, isto é, menos encaixamentos.
- c) Tem mais repetição, pausas e em geral maior tempo de expedição.
- d) Envolve uma considerável redução e simplificação da morfologia gramatical, i.e., sistema de tempo-aspecto reduzido, morfologia de caso menos complexo, dispensando morfemas

de subordinação tanto para complementos verbais como orações relativas, um uso crescente de anáfora zero sobre pronomes anafóricos.

- e) Exibe cláusulas verbais mais curtas, com menos argumentos nominais por verbo.
- f) Exibe uma estrutura muito mais proeminente de tópico-comentário contra o uso mais proeminente de sujeitos gramaticais no registro formal planejado". (p. 229)

Qual a explicação para essas diferenças, segundo Givón? Para ele, os parâmetros para a linguagem informal, são:

- a) "Stress" comunicativo – não tem; o planejamento não é necessário – as condições são relaxadas, sem pressão de tempo. Por outro lado, em condições de emergência extrema, quando não há tempo para planejamento, também a pragmática predomina.
- b) Pressão do tempo – não costuma haver, a não ser em situações de emergência.
- c) Grau de planejamento – o modo pragmático é não-planejado.
- d) Comunicação face a face: a pessoa pode repetir, corrigir – isto é característica do modo pragmático.
- e) "Background" geral partilhado – o contexto é imediatamente óbvio: familiar. Por outro lado, o modo pragmático também é encontrado em estrangeiros, em encontros superficiais. Mas aí o tópico, tarefa ou contexto tendem a ser óbvios. (p. 229 ss.)

Em oposição, a linguagem formal educada, escrita:

- a) tem planejamento extremamente cuidadoso;
- b) pressão de tempo considerável;
- c) falta quase total de "stress" comunicativo;
- d) total ausência de comunicação face a face;
- e) pouca pressuposição – está escrevendo para estranhos;
- f) contexto, tópico ou tarefa não imediatamente óbvios.

Não vou poder, em virtude da limitação de espaço, discutir cada uma destas afirmações, muitas das quais no meu entender, não resistem a uma crítica séria. O trabalho de Givón, embora apresente algumas intuições profícuas, peca por excesso de generalização, extrapolações indevidas. Um problema fundamental é que ele não apresenta nenhum estudo sério feito com base em registro coloquial. Todo mundo sabe que existe muito pouca pesquisa sistemática de língua oral. Os

gramáticos gerativistas não se preocupavam em documentar, em recolher dados. Para se fazer uma pesquisa séria, de comparação entre os diversos registros é necessário, como diz Givón, estudo de freqüência, que nem ele fez. Por exemplo, afirmar que a sintaxe nasce do discurso sem usar nem uma vez os estudos diacrônicos feitos para as línguas indo-européias, que têm sido exaustivamente estudadas ao longo de séculos, me parece um defeito sério de método. Como argumentar sobre evolução lingüística com exemplos de línguas esparsas, como faz Givón? Dizer que a morfologia é ausente no modo pragmático me parece uma afirmação inconseqüente, uma vez que ele não apresenta nenhum estudo comparado de morfologia nos registros orais (supondo que esses sejam mais pragmáticos) em comparação com os escritos, numa língua determinada.

Qualquer análise mais séria das afirmações de Givón, esbarra em problemas, porque suas definições são demasiado vagas. Não se tem uma definição do que seja modo pragmático e modo sintático, porque tudo é uma questão de gradação. Ele não diz porque considera as construções tópicas como fora da sintaxe, sendo que elas foram sempre estudadas dentro da sintaxe, tanto pelos gramáticos tradicionais como pelos gerativistas.

Ele afirma que as construções de tópico-comentário são discursivas, típicas do modo pragmático e que sujeito-predicado é típica do modo sintático. Afirma também que uma dá origem à outra. No entanto, as construções de TC aparecem sempre juntas com as de SP. Sua configuração é a seguinte: primeiro o tópico, depois o comentário, que por sua vez é expresso por uma sentença com sujeito e predicado. Não é possível, portanto, separar as duas construções, nem no tempo nem no espaço (sintagmático). Outras afirmações que considero altamente discutíveis:

- a) que no modo pragmático os verbos são "semanticamente simples" e no modo sintático semanticamente complexos. Como definir o que é semanticamente simples?
- b) que a linguagem formal, escrita, tem maior pressão de tempo do que a informal. Pode ter ou não, dependendo de fatores diversos.
- c) que na linguagem formal não há "stress" — basta pensar no "stress" de uma conferência, de um artigo, etc.

Não vou me deter em analisar cada uma das afirmações de Givón. Acho que cada uma delas, se submetida a uma análise menos superficial, pode ser derrubada. Neste trabalho vou me limitar a analisar suas afirmações referentes às construções de TC que tenho estudado mais de perto e que correspondem às que têm sido rotuladas como

topicalização e deslocamento à esquerda, a partir de Ross (1967).

2. Discurso planejado x não-planejado em Elinor Ochs

Givón diz que Elinor Ochs chegou a resultados semelhantes aos seus e se refere fartamente a ela quando trata das dicotomias linguagem formal x informal e criança x adulto. O trabalho de Elinor Ochs, realmente, tem alguns pontos de vista e conclusões que o aproximam dos de Givón. Mas ela é decididamente mais prudente do que ele. Ela afirma que seu trabalho é baseado em pesquisa da linguagem de americanos da classe média, educados, e que seus resultados podem não ser válidos para outras línguas. Já Givón em nenhum momento faz ressalvas deste tipo. Ele generaliza para o universal, procedimento altamente condenável e freqüentemente praticado pelos gramáticos gerativos que Givón condena.

As conclusões de Ochs, que Givón afirma virem de encontro às suas, e nas quais ele se diz basear quando discute as dicotomias criança/adulto e linguagem formal / informal, não me parecem também tão iguais às de Givón. Honestamente, ela informa que não tem dados para discurso oral planejado e nem para escrito não-planejado. O que ela estudou foi exclusivamente o discurso relativamente planejado x discurso relativamente não planejado. Em outro ponto ela me parece também mais rigorosa: ela declara seguir a definição que Ross dá para deslocamento à esquerda: "é uma transformação que move um SN para fora e para a esquerda de uma oração, deixando em seu lugar um pronome co-referencial" (p. 65). Já Givón coloca vários tipos de estrutura dentro das construções de tópico.

As conclusões de Elinor Ochs, que eu resumo aqui a fim de compará-las com as de Givón, são de que discurso relativamente planejado e discurso relativamente não planejado diferem da seguinte maneira:

1. "No discurso relativamente não planejado, mais do que no discurso planejado, os falantes se fiam mais no contexto imediato para se comunicar". (p. 62)
2. "No discurso relativamente não planejado, mais do que no planejado, os falantes se fiam mais em estruturas morfo-sintáticas adquiridas nos estágios iniciais do desenvolvimento da linguagem. O discurso relativamente planejado faz maior uso de estruturas morfo-sintáticas que emergem relativamente tarde no discurso". (p. 68)

3. "No discurso relativamente não planejado, mais do que no relativamente planejado, os falantes tendem a repetir e a substituir itens léxicos na expressão de proposições." (p. 70)
4. "No discurso relativamente não planejado, a forma e conteúdo de atos sociais arranjados seqüencialmente, tendem a ser mais similares do que no discurso relativamente planejado." (p. 72)

Comparando-se as conclusões acima com as de Givón, fica evidente que há diferenças marcantes.

Quanto à primeira conclusão, quero observar que isto não é característica do discurso não-planejado, pois é possível se ter um discurso planejado oral, em que o falante use do contexto imediato para se comunicar e já um discurso não planejado, como numa carta íntima, pode não usar absolutamente o contexto. O problema do contexto está ligado à situação: se a comunicação é face a face, se está ligada à situação, pode-se usar dela. Se não é, se é à distância, terá que prescindir da situação, embora a TV, que é comunicação à distância, possa usar grandemente do contexto da situação, como se vê a todo momento na transmissão de jogos de futebol. Creio que as pessoas se fiam mais no contexto da situação conforme ela esteja ali à mão, ou não. O rádio, por exemplo, já não pode fazer esse uso da situação. No entanto, independentemente disto, os registros variam, nestes meios de comunicação, desde o mais formal ao mais coloquial, dependendo de diversos fatores. Por exemplo, a propaganda, a novela, fazem uso de linguagem coloquial com o fim, aparentemente, de atingir maiores parcelas da população, bem como alcançar maior dinamismo, maior realismo, etc.

Quanto à afirmação de que no discurso planejado os falantes usam estruturas morfo-sintáticas que aprendem mais tarde (ela mesma se refere à escola), enquanto no não planejado aparecem mais estruturas morfo-sintáticas que aprendem nos estágios iniciais de desenvolvimento da linguagem, quero observar, em primeiro lugar, que isto é muito diferente de dizer, como Givón, que o modo pragmático não faz uso de morfologia.

O que Elinor Ochs fez, era verdade, foi notar que há certas diferenças entre a linguagem da criança e a do adulto. Só que ela toma para comparação, de um lado o registro infantil coloquial, familiar e, de outro lado, o registro adulto "planejado", ou seja, formal e escrito, pois ela confessa não ter dados da linguagem oral do adulto (p. 55). Ora, é claro que desta maneira as diferenças serão mais marcantes. Para se comparar a linguagem infantil com a do adulto, seria absolutamente necessário tomar a linguagem coloquial, familiar, do adulto. Da maneira que ela fez, ela comparou duas variáveis ao mesmo tempo: planejado x

não planejado e infantil x adulto. Como ela pode saber o que é característica de *toda* a linguagem informal e o que é característica da linguagem tanto do adulto como da criança? Quando se estuda a linguagem familiar do adulto encontram-se, é verdade, muitas das características que também se encontram na linguagem da criança. Mas qual a conclusão que se deve tirar desta semelhança? Ochs tira a conclusão de que "o adulto retém formas da linguagem infantil" (p. 53). Mas por que considerar que estes traços são infantis? A criança não aprende a falar com os adultos, na família? Então não devia ser óbvio que sua linguagem seja tipicamente coloquial, familiar, condicionada pelo contexto pragmático, exatamente como a do adulto? Não é o adulto que retém traços infantis, é a criança que fala como os adultos falam com ela. É óbvio que a fala da criança vai ser diferente do discurso planejado dos adultos, pois este discurso ela só vai aprender mais tarde, na escola, nos livros, nas ocasiões formais, etc. O que é preciso ver é que o adulto usa o discurso formal apenas em certas situações; na família ele usa o registro coloquial. Ele não "reverte" a formas infantis, isto é um preconceito que tanto Ochs quanto Givón no fundo compartilham: o de que o discurso "educado" é superior ao discurso coloquial. A este respeito, quero lembrar aqui um trecho de Halliday (1977), a propósito da linguagem oral:

"One of the features that distinguishes different registers is the relative amount of exophoric reference that they typically display. If the situation is one of 'language in action', with the language playing a relatively small and subordinate role in the total event, the text is likely to contain a high proportion of instances of exophoric reference. Hence, as Jean Ute has demonstrated in her studies of different registers, it is often difficult to interpret a text of this kind if one only hears it and has no visual record available" (p. 34).

Halliday chama de exofóricos o que outros chamam de anáfora pragmaticamente condicionada. É um fato que a linguagem coloquial é usada em situações concretas, tendendo a ser mais condicionada pelo contexto pragmático, portanto, do que outros registros. Mas isto não significa que ela seja inferior a outros registros, como enfatiza Halliday, continuando:

"It is important to make this point, and to emphasize that the special flavour of language -- in-action is not a sign that it is ungrammatical, simplified, or incomplete. It is often highly complex, although we have no very convincing measures of structural complexity; and if it appears ungrammatical or incomplete this is largely due to the preponderance of reference

items used exophorically, which seem incomplete because their presuppositions are unresolved. A high degree of exophoric reference is a characteristic of the language of the children's peer group. When children interact with each other, especially young children, they do so through constant reference to things; and since the things which serve as reference points are present in the immediate environment they are typically referred to exophorically" (p. 34).

É interessante notar a diferença de postura diante dos diferentes registros, quer se trate de um lingüista de passado estruturalista ou de outro com tradição gerativista. Os estruturalistas (como Halliday já foi e talvez seja até hoje) sempre insistiram na prioridade da língua oral como objeto de estudo do lingüista. Já os gerativistas penderam sempre mais para o lado da gramática tradicional, com sua preocupação pelo "gramatical" e a ambigüidade deste termo talvez tenha mascarado sempre muitos exemplos analisados por eles em suas teses e artigos. De todo modo, é interessante notar essa tendência de Givón e Ochs, ex-gerativistas, para considerar de alguma forma inferiorizada os registros menos formais de linguagem.

Em referência à terceira e à quarta conclusão, acho óbvio que no discurso planejado vai haver menos repetição. Quanto a usar mais nominalizações, por exemplo, isto é ensinado nas escolas.

Em resumo, Ochs trata, em seu trabalho, das características do discurso relativamente não planejado em oposição ao relativamente planejado. Mas como ela confessa que não tem dados sobre o discurso escrito não planejado nem sobre o oral planejado, eu concluo que ela está comparando, de um lado, o discurso oral informal e do outro o discurso escrito formal. Seu ponto de partida me parece viciado pela posição inicial: a de que, quando o adulto apresenta na linguagem informal oral características em comum com a criança, é porque ele está revertendo a formas infantis (aprendidas entre três e quatro anos de idade). O que eu afirmo é que essas formas, como o deslocamento à esquerda, são encontradas em qualquer registro, desde o mais informal ao mais formal. É possível que elas sejam, em inglês, por exemplo, mais abundantes na linguagem informal, mas isso varia conforme a língua, conforme a época, conforme os padrões de língua standard dominantes e conforme os diversos registros.

3. Construções de tópico em língua escrita

3.1. Em Português

Em Português, encontram-se construções de tópico em língua escrita desde os mais antigos escritores da língua, como atestam nossos

gramáticos. Duas construções de tópico me interessam aqui, por tê-las estudado com mais profundidade (topicalização e deslocamento à esquerda) e também porque elas são talvez menos comuns em textos escritos do que outras que Givón engloba dentro deste título (sentenças truncadas, passivas, etc). Acho que não é preciso demonstrar a ninguém que sentenças truncadas (cleft sentences) são encontradas em textos escritos. Quanto à passiva, é tão obviamente uma construção de língua escrita formal, que seria ridículo tentar demonstrá-lo. Basta tomar-se uma tese de doutorado qualquer, em inglês ou português, para se constatar a sua frequência. No caso de passiva, acontece o contrário do que Givón afirma (de que a construção tópica é privilégio do discurso informal), porque o que estamos presenciando é que a construção tradicionalmente considerada passiva (ser + particípio passado) ocorre muito pouco em linguagem informal, coloquial, no Português do Brasil, conforme atestam dados em conversas informais gravadas por mim.¹

Em Português, as construções de tópico classificadas por Ross como deslocamento à esquerda aparecem sob o rótulo de pleonasma, e são consideradas pelos gramáticos mais antigos como Figuras de Linguagem. São estudadas por Epiphanyo Dias, (1959: 333-4) que assim define pleonasma de objeto: "Quando o complemento directo, que regularmente deveria ir depois do verbo, é transportado emphaticamente para o princípio da oração, representa-se novamente junto do verbo pelo pronome pessoal aspectivo ou — no caso do complemento directo ser uma oração — pelo demonstrativo *o*:"

"Alguns intentos, que tive, abortou-mos a fortuna (Vieira, VII 518, ap. Blut.)"

"Que a censura prévia é inútil, os factos tem-nos sobejamente provado (Herc. Op. I 133)."

Epiphanyo também atesta na escrita o uso do isto, que se encontra muito hoje:

"O serviço que se faz de vontade, aquele he bem feito" (Fabul., fab. 25)

"O que era contra a honra de Deus, e em dano das coisas, isto só afligia e lhe tirava o gosto da vista" (Sousa, V do Ana. I, 431)."

O uso tremendamente frequente hoje do sujeito pleonástico, em todos os registros de língua oral, desde o mais formal ao mais informal (já o atestei em discurso de professor da Faculdade de Direito, em ser-

mões de igreja, em aulas de concurso na Faculdade e até em concurso para Titular) e já exemplificado por Epiphânio:

“Em orações intransitivas o substantivo que é sujeito repete-se às vezes emphaticamente, depois do verbo, na forma de pronome pessoal:

Aquelle espantoso dom Vasco da Gama conde Almirante nam fez elle cousas, em cuja comparaçam as grandezas antiguas parecem pouquidades?” (H.P.I, 458)”.

Mais recentemente, Said Ali (1965: 219) abona os seguintes exemplos de objeto pleonástico em escritores consagrados:

“O milagre viam-no nos olhos do cego” (Vieira)

“Aos outros pos-lhes estátua o senado” (Vieira)

“A mim me parece. . .” (Vieira)

Assim ele explica os pleonasmos de objeto: “Colocando-se no princípio da oração um complemento expresso por substantivo ou palavra substantivada, e *pronunciando-se este complemento com ênfase seguida de pequena pausa*, (grifo meu) é costume repeti-lo junto ao verbo da oração”.

Chamo atenção para o fato de Said Ali ter registrado algo relativo à entonação característica desta construção. Tanto ele quanto Epiphânio referem-se à ênfase.

Também Said Ali registra o pleonasma de sujeito:

“Também o sujeito posto no começo da oração, depois do qual se faz pausa, pode vir repetido sob a forma do pronome esse:

“Comer a baleia a Jonas, essa é a sepultura que o mar costuma dar aos homens (Vieira)

A podenga negra, essa corria pelo aposento (Herculano)”.

Esses pleonasmos correspondem ao que Ross chama de “deslocamento à esquerda”, que ele distingue da topicalização, que não apresenta o pronome-cópia. Assim, segundo Ross, em “Feijão eu não quero” teríamos topicalização, porque não há pronome-cópia, não há pleonasma de objeto. A topicalização é muito mais comum na língua escrita do que o deslocamento à esquerda. Basta uma observação superficial de qualquer texto, oral ou escrito, e encontraremos uma quantidade de inversões de objeto, adjuntos adverbiais e outros sintagmas. Em Português é permitido deslocar qualquer elemento para a frente da

sentença, com o fim de “realce, ênfase, contraste”, como todas as nossas gramáticas e obras de estilística atestam. Não vou me dar ao trabalho de documentá-las porque creio que é desnecessário. O que é difícil é distinguir topicalização de deslocamento à esquerda, na base de presença ou ausência do pronome. É que em português, diferentemente do inglês, a elipse do pronome é opcional. Por isso, não é fácil dizer se em “Essa cerveja eu não bebo” temos topicalização ou D.E. com elipse. Estudarei esse problema em outro trabalho (a sair).

Entre as construções de tópico, há aquelas consideradas por Creider (1980) como deslocamento à esquerda. Veja-se o exemplo de Creider:

“Griselda, I hope to meet her husband someday”.

Em trabalho próximo, pretendo estudar essas construções com mais vagar, tentando estabelecer suas diferenças sintáticas e funcionais em português. O que Ross considera DE parece corresponder aos pleonasmos em português, mas os anacolutos têm também algo em comum com DE. O exemplo de Creider para DE parece semelhante aos nossos anacolutos. O anacoluto é considerado por Said Ali uma *figura de sintaxe* e é assim definido:

“é a maneira de exprimir pensamento segundo a qual se interrompe uma parte da oração e, em lugar do seguimento pedido pela sintaxe, se passa a uma construção nova:

Eu que cair não pude nesse engano. . . encheram-me com grandes abundanças o peito de desejos e esperanças (Camões)

Eu que falo aos olhos dos presentes, não me é necessário deter-me em tão sabido assunto (Vieira)

O piloto que fez naufrágio em seu baixio, o seu primeiro cuidado é fugir muito longe dele (Vieira)

O furacão que devasta, o raio que fulmina, não há pincéis nem cores que possam estampá-los na tela (Herculano)” (p. 220)

Epiphanio Dias (p. 336) busca em Camões este exemplo de anacoluto:

“Vereis este, que agora pressuroso / Por tanto medos o Indo vai buscando / Tremer d’elle Neptuno de medroso (Luis II, 47)”.

Ele considera como casos particulares de anacoluto, as repetições e o que ele define da seguinte forma:

“por no princípio de uma cláusula (ou membro de cláusula) sem ligação gramatical, a designação do objeto, a respeito do qual vem depois um asserto:

As outras, que as asas do anjo Azael se estendam sobre os seus cadáveres. (Herc. Eur. 163).”

Note-se de passagem que a definição que Herculano dá de anacoluto é uma exata definição de estrutura de tópico-comentário: primeiro se nomeia o objeto, depois se faz sobre ele um comentário (um asserto).

O mesmo posso dizer da definição de Mattoso Câmara Jr. (1968) que descreve a função do tópico e assinala o uso do anacoluto no grego antigo e na nossa literatura clássica.

“Chama-se anacoluto ou frase quebrada àquela em que a uma palavra ou locução, apresentada inicialmente, se segue uma construção oracional em que essa palavra ou locução não se integra. O papel do anacoluto é por em relevo a idéia primordial que temos em mente, destacando-a como uma espécie de *título* do que vamos dizer. O seu uso comum no grego antigo e na nossa literatura clássica, é hoje combatido pela disciplina gramatical. — É ainda encontrada na língua literária. Ex: “Estas estradas, quando novo Eliseu as percorria/as crianças lançavam pedradas” (Correia, Poesias I, 154). Na língua oral coloquial o anacoluto é um processo freqüente de construção de frase”.

É interessante notar que, enquanto esses célebres gramáticos colocam o anacoluto como uma figura de linguagem, Evanildo Bechara considera-o “quebra de estruturação lógica da oração” e vaticina: “O anacoluto, fora de certas situações especiais, é evitado pelas pessoas que timbram em falar e escrever corretamente”. Ele afirma isto, depois de citar o seguinte trecho de Manuel Bandeira: (apud Sousa da Silveira, Lições de Português, § 536): “Eu que era branca e linda, eis-me medonha e escura”. Também não esclarece quais são essas situações especiais.

Creio que os exemplos citados pelos gramáticos são mais do que suficientes para evidenciar que as construções de tópico são também encontradas em língua escrita portuguesa, mesmo nos registros mais formais. Eles dão exemplos colhidos nos autores mais respeitados, que foram sempre considerados como modelo para os nossos escritores.

Colhi alguns exemplos, esparsamente, em leituras ocasionais. Aqui vão:

“Na minha família essa palavra gato ninguém a pronuncia”.
(Monteiro Lobato, 1958: 31).

Note-se que, se tirarmos o pronome pleonástico, a frase fica inteiramente comum, ninguém notaria nada de especial nela, a não ser que estivesse colhendo exemplos para um artigo sobre construções de tópico. No entanto, a inversão existe aí do mesmo jeito.

Por outro lado, a única diferença entre a frase de ML e uma frase usada na linguagem coloquial contemporânea, seria a substituição do pronome oblíquo a, hoje restrito ao registro formal, pelo pronome ela, que o suplantou nos registros informais:

Na minha família essa palavra gato ninguém pronuncia (ela).

Dois exemplos de Carlos Drummond de Andrade:

“A cidade dá prá sentir o riso dos adultos, a naturalidade dos bichos, a crueldade também universal dos açougues, o comportamento milenar e sempre novo da juventude”. (Estado de Minas – 20-6-81).

Em Pedro Nava (1981):

“Essa cidade, lembro-a de sempre”. (p. 5)

“Esse encanto pelo Rio, eu o encontro em cada bairro que morei” (p. 6)

“O conhecimento puramente local do Rio eu o aprendi numa grande escola. . .” (p. 8)

“A outra ilha, nem chega a sê-lo” (p. 21)

“O 59 dir-se-ia que é sonoro como as clochetes da elevação, na missa” (p. 15)

“Os doces de dona Iris eu os tinha nesses almoços e em minha casa” (p. 34)

“Esse, mudei de lugar” (p. 58)

Note-se que o penúltimo e o último exemplo acima estão sem o pronome pleonástico. Mas me parece que isso não faz diferença porque aí o pronome é opcional.

Em Machado de Assis (1975):

“Os maus dá-me ímpetos de enforcá-los”. (p. 222)

“Os frades possessos, esses, apesar do desgosto que o gênio solitário de frei Simão lhes inspirava, sentiam por ele certo respeito e veneração”. (p. 256)

Vejam-se esses exemplos colhidos em jornais e revistas:

"A função que ela exerce, raríssimas mulheres conseguem chegar até lá" (Estado de Minas, 2^o cad., p. 3, 13-5-81).

"A censura, no Brasil, todos a conhecem muito bem". (Oswaldo Mendes, *Folha de São Paulo*, 26-12-80, p. 24).

"Macacão, quem resiste?" (propaganda em revista *Cláudia*).

"Essas instituições, que já fizeram a prova de que funcionam, o seu novo defensor, sobrevivente da IV República, saudosista do "regime dos partidos", sempre as combateu encarniçadamente". (*Isto É*, 20-5-81, p. 37).

"A massa na qual fermentam nossas idéias, a massa viva e social que nos sugere problemas e soluções, impasses e caminhos, essa é anônima e indigna" (*Folha de São Paulo, Folhetim*, 27-9-81, p. 10).

"Os extratos da seiva de aloe-vera, Cleópatra já os utilizava para manter a vitalidade cutânea (. . .)" (*Desfile*, set. 1980, p. 58).

Em linguagem oral notei mais de uma centena de exemplos colhidos de conversas informais, que podem ser examinados em meu trabalho anterior (1980).

Atestei outros em situações mais formais, (conferências, simpósios, intervenções em congresso, assembléias), que poderiam se classificar como de discurso relativamente planejado (oral):

"Eu acho que as falas de uma pessoa de teatro, eles visam causar uma certa impressão" (intervenção no V Encontro de Linguística da PUC/RJ, 1980).

"Será que isso eu não posso topicalizar o objeto?" (idem)

"Eu acho que esses dois casos de Português, eles revelam. . . (idem)

"Isso já existe projeto nesse sentido. . ." (Em assembléia de professores universitários, UFMG, 1980).

"Um potro em evolução, a gente nunca sabe onde vai chegar". (entrevista de TV).

"Os organismos internacionais, o que fazemos é. . ." (Entrevista de representante da UNESCO na UFMG).

"Eu diria que esse último, há uma gradação mais forte. . ." (Simpósio sobre Tópicos, UNICAMP, maio de 1981).

"Eu quero lembrar que a argumentação, eu restringi o sentido dessa palavra quando. . ." (idem)

Alguns exemplos de linguagem escrita informal (carta íntima — exemplos oferecidos gentilmente por Maria Laura Mayrink — Sabinson):

“Esses dias eu não peguei na tese.

De cuca, estou melhor.

Os livros, que aí já são raros, aqui nem se pode pensar em comprá-los”.

3.2. Construções tópicas em Francês e Espanhol

Para finalizar, quero relatar dois fatos interessantes que descobri, involuntariamente, sobre construções tópicas, ao fazer leituras inteiramente com outras finalidades. Ao ler um livro sobre Tai Chi, escrito por um chinês radicado nos Estados Unidos, surpreendo-me com essa afirmação, em que ele, ao tentar traduzir o Tao Te Ching para o inglês, relata sua dificuldade em passar as sentenças do chinês (que é língua de tópico) para o inglês:

“A língua chinesa possui uma característica muito evasiva. Ela nunca diz nada claramente. Vocês querem que eu faça afirmações absolutas. Todas as traduções de Tao Te Ching procuram produzir sentenças claras. Porém, a gramática inglesa, com sua divisão sujeito/objeto jamais poderá exprimir o tao. Nenhuma tradução será adequada, a menos que realmente se mergulhe no aprendizado chinês (. . .)” (p. 215).

No meu entender, as traduções de Tao Te Ching para o Português são bastante inferiores à francesa das Editions Du Seuil. Elas (as brasileiras) procuram *explicar* o pensamento de Lao Tse. A tradução francesa parece procurar reproduzir o espírito do livro chinês. Toco nesse assunto aqui, porque o francês, pelo que observei, é uma língua em que as construções tópicas são abundantes e não sofrem a coerção gramatical que o português do Brasil sofre. Assim, vê-se por todo lado frases como essas, que colhi no último verão em Paris:

“La détresse, ça existe” (cartaz no Metrô)

“S’adapter, c’est la façon actuelle d’être belle” (rev. Marie Claire sept. 1981)

“Viellir, c’est annuyeux, mais si l’on s’en préoccupe, c’est pire” (idem)

“Mais vous avez un atout: votre coiffeur. Lui, il a Edonil aux fleurs” (id)

“Moi, mes gencives, c’est du béton” (id.)

Num livro sobre Tai Chi (Despeux, 1981):

“Relier le haut et le bas, c’est se conformer à ce principe” (p. 112)

Na tradução francesa de Tao Te Ching (tao-Tzen, 1979), encontramos, já no prefácio:

“Cette forme, nous l’avons cherchée aussi anonyme” (p. 9).

Os autores declaram, no prefácio, que não vão tentar restaurar a sintaxe chinesa, mas sim usar o francês com todo seu passado clássico. E terminam: “é talvez quando temos o ar mais familiar que somos mais chineses”.

Eis alguns exemplos de construção tópica encontrados nessa tradução:

“Qui saisit et remplit sans cesse

Il ferait mieux de s’arrêter” (p.37)

“Ce qui effraye autrui, dois-je m’en effrayer?” (p. 59)

“A chacun quelque affaire

Moi seul je m’en abstiens” (p. 59).

Outro fato interessante observei com a tradução brasileira do *Caminho de Perfeição* de Santa Teresa d’Ávila. É uma tradução muito bonita, mas que difere bastante da tradução feita em Portugal. Ambas são modernas, mas todos os exemplos de construção tópica (tipo pleonismo e anacoluto) encontrados na edição portuguesa — em que eles são abundantes — inexistem na edição brasileira. Impressionada com essa discrepância, fui comparar as sentenças com uma edição original espanhola. A edição que consegui é datada de 1967, tendo os autores adotado o manuscrito de Toledo, baseando-se também na edição feita pelo Pe. Fr. Efrén de La Madre de Dios, em Madrid, 1954. Segundo os autores, “o manuscrito de Toledo representa a última e definitiva redação de Santa Teresa”. Neles, “los giros, a fuerza de tantos repasos -- no sólo de la autora, sino también de manos extrañas — han quedado, as veces, despersonalizados; las afirmaciones son menos espontaneas. . .” (p. 15-16).

Já as traduções, tanto portuguesa como brasileira que consultei, são baseadas no manuscrito de Valladolid, que não é também a primeira redação, a mais espontânea. A mais espontânea é a do Escorial, que não foi a usada por nenhum dos autores que consultei. Poder-se-ia esperar, então, que a edição espanhola que consultei fosse menos espontânea que as do português, uma vez que estas foram baseadas no manuscrito de Valladolid, anterior ao de Toledo. Isto, porém, não acontece com a edição brasileira.

As três obras que comparei são: a) a edição brasileira, feita pelo Convento do Carmo do Rio de Janeiro, que é uma tradução do texto da 4ª edição das Obras Completas de Santa Teresa, dos padres Efrén da Mãe de Deus O.C.D. e Otger Stegging, O. Carmelitas B.A.C. Madrid,

1974. Esta obra é baseada no manuscrito de Valladolid. O mais antigo manuscrito é o do Escorial, o mais novo o de Toledo e o de Valladolid está no meio.

b) a edição de Aveiro, feita pelas freiras do Carmelo do Porto, que é uma tradução do texto espanhol da edição de 1962 do Pe. Efrén da Mãe de Deus, O.C. 2. 1962). Também baseada no manuscrito de Valladolid.

c) a edição espanhola do Camino de Perfección — que foi baseada no manuscrito de Toledo, o mais recente, mas que segundo o autor, “aproveitou” largamente a escrupulosa edição crítica feita pelo padre Efrén da Mãe de Deus, em Madrid, 1954”.

Vê-se que há, então, uma certa identidade entre essas três obras: as duas primeiras são traduções de edições feitas pelo Pe. Efrén da Mãe de Deus, do manuscrito de Valladolid. A última é do manuscrito de Toledo, aproveitando largamente da edição crítica feita pelo mesmo padre.

Vou apresentar aqui, para fins de comparação, em primeiro lugar a sentença de tópico encontrada na edição portuguesa, depois a que corresponde na edição brasileira, e em seguida a espanhola.

Port.) “Estes pensamentos se vierem, é mister atalhá-los com presteza” (p. 441).

Bras.) “Se surgirem tais pensamentos, atalhai-os com presteza” (p. 73).

Esp.) “Estes pensamientos, si vinierem, es menester atajar con presteza. (. . .)” (p. 93).

Port.) “Os que vão só por seu parecer e sem caminho à busca deste bem, que perigos não correrão eles?” (p. 481).

Bras.) “Que perigos correrão aqueles que presumem, sem orientação e fora da estrada, ir em busca desse bem?” (p. 127).

Esp.) “Los que ván, a su parecer, a ganar este bien sin camino, que son los peligros que llevarán?” (p. 151).

Port.) “Ora, estas pessoas perfeitas já têm debaixo dos pés todos os bens e regalos que o mundo lhes pode dar; já estão de maneira que, contentamentos — ainda mesmo que os queiram, a modo de dizer — não os podem ter (. . .)” (Ed. Port. 421).

Bras.) “Ora, estas almas perfeitas já trazem tudo debaixo dos pés: bens, satisfações e prazeres que o mundo lhes pode dar. Chegaram a tal ponto que, por assim dizer, ainda que queiram, não se podem delectar senão em Deus, (. . .)” (p. 48).

Esp.) “Ahora noten que como el amor, quando le queremos de alguna persona, siempre se pretende algún interés de provecho o con-

tento nuestro, y estas personas perfectas ya todos los tienen debajo de los pies y han despreciado los bienes y regalos y contextos que el mundo les puede hacer, ya están de suerte que, aunque ellas quieram tener este amor, no lo pueden tener — a manera de decir — (. . .)” (p. 62).

Port.) “E este amor, que só aqui dura, uma alma, a quem o Senhor já infundiou verdadeira sabedoria, não o estima em mais do que vale, nem em tanto; (. . .) Mas a quem tudo isto aborrece, já pouco ou nada se lhe dará disto” (p. 422).

Bras.) “Essas almas nas quais o Senhor infundiou verdadeira sabedoria, não querem amizades que só duram o tempo da vida, não lhes dão valor. (. . .) Mas se nada disto interessa, nenhum caso faz de tal amizade” (p. 49-50).

Esp.) “Y a este amor, que sólo acá dura, el alma de estas, a quien Dios ha ya infundido verdadera sabiduría, no le estima eu más de lo que vale, ni en tanto (. . .) mas quien todo esto aborrece ya poco o nonada se le dará de aquello” (p. 64).

Port.) “Que a morte de cá de baixo não a tem em nada” (p. 423).

Bras.) “Nenhum caso faz da morte corporal” (p. 51)

Esp.) “Que la muerte de acá no la tienen en nada” (p. 66).

Estes exemplos são interessantes pelo seguinte:

a) evidenciam que no espanhol quinhentista as construções tópicas eram comuns e freqüentes mesmo no texto escrito;

b) que no português atual de Portugal as construções são consideradas perfeitamente válidas em texto escrito, pois as freiras carmelitas de Porto as conservaram da mesma maneira que no original espanhol;

c) que no Brasil a censura gramatical é tão forte que boas tradutoras como as freiras carmelitas extirparam as sentenças de tópico, causando uma mudança considerável no estilo da obra de Santa Teresa.

Parece-me que o fato de gramáticos, como Bechara, considerarem essas construções como inferiores de algum modo, é que fazem com que elas sejam bem menos freqüentes no Português escrito atual do Brasil. Todos que passamos pela escola aprendemos a mudar as frases, na língua escrita, quando elas saem do modo truncado que as construções de tópico apresentam.

É importante para nós tomar conhecimento de que estas construções existem em outras línguas de tradição literária tão rica ou mais do que a nossa, como o Francês, Espanhol, Chinês, Japonês e outras; que no Português de outras épocas, inclusive nos clássicos, elas são encontradas; que no Português de Portugal, hoje em dia, elas não sofrem a censura gramatical que sofrem no Brasil. Não sei porque os gramáticos

brasileiros implicaram com estas construções. Talvez porque, como diz Bechara, elas quebrem “a estrutura lógica” da oração. Convencionou-se que sujeito-predicado é estrutura lógica e que tópico-comentário não o é. Mas a língua não é lógica, nunca foi, todo lingüista sabe disso. Querer colocar a língua numa forma é tarefa vã, ilusória, inútil.

Espero que este trabalho contribua de alguma forma para sacudir um pouco essa censura gramatical brasileira que tanto prejudica o nosso ensino e tanto contribui para um artificialismo formal desnecessário em nossa língua escrita.

4. Conclusão

Comecei expondo opiniões de trabalhos recentes de Givón e Ochs sobre construções de tópico em que eles consideram que estas construções são típicas do “modo pragmático” ou do “discurso relativamente não planejado”. Em seguida, procurei demonstrar as inconsistências destes autores. Por último, apresentei evidências de que estas construções são encontradas em diferentes registros, desde o mais formal, escrito, até o mais informal. Por fim, apresentei indícios de que a censura gramatical brasileira é que contribui para que essas construções não apareçam na língua escrita moderna do Brasil em tão grande abundância quanto na oral.

NOTA

1. Quanto à passiva, Givón é meio confuso. No capítulo 2, ele arrola as construções passivas ao lado dos deslocamentos à esquerda, considerando as duas como “construções que envolvem grau de topicalidade”, porque a passiva, como DE, reverte a ordem dos sintagmas nominais, colocando o sujeito na primeira posição da sentença. Mas ocorre aí mais uma inconsistência de Givón: nesse ponto ele quer demonstrar que estas construções são “sintaticamente mais complexas” do que a construção que ele considera neutra: a oração declarativa, afirmativa. Ora, no capítulo 5 ele está querendo demonstrar o oposto: que as construções de tópico são menos “evoluídas” sintaticamente, do que as de sujeito-predicado. E no capítulo 5 também ele argumenta que a construção passiva evolui a partir das de tópico. Ele quer demonstrar que as construções de tópico são menos “sintáticas” do que as de SP. Se a Passiva é de tópico, então ela deveria ocorrer menos no discurso formal. Mas isso obviamente não acontece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSIS, Machado. *Contos Fluminenses*. Edições Críticas de Obras de Machado de Assis. MEC. — Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
2. BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 23. ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1978.
3. CREIDER, C. "On The Explanation of Transformation". In: GIVÓN, T. (ed.) *Syntax and Semantics* 12. New York, Academic Press, 1979.
4. DESPEUX, Catherine. *Taiji Quan. Art martial, technique de longue vie*. Paris, Ed. de La Maisnie, 1981.
5. DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. *Syntaxe Histórica Portuguesa*. 4. ed. Lisboa, Clássica Ed., 1959.
6. GARCIA, Erica. *The Role of Theory in Linguistic Analysis. The Spanish Pronoun System*, Amsterdam, North Holland, 1975.
7. GIVÓN. *On Understanding Grammar*. New York, Academic Press, 1979.
8. HALLIDAY, M.A.K. e HASAN, R. *Cohesion in English*. 2nd. imp. London, Longman, 1977.
9. HUANG, Ai Chung-liang. *Expansão e Recolhimento. A essência do T' Ai Chi*. São Paulo, Summus Ed., 1979.
10. JESUS, Santa Teresa de. *Caminho de Perfeição*. 2. ed. (Nova Edição revisada da Tradução do Convento de Santa Teresa do Rio de Janeiro). Rio, Ed. Paulinas, 1979.
11. JESUS, Santa Teresa de. *Caminho de Perfeição*. In: *Obras Completas*. 2. ed., Aveiro, Ed. Carmelo, 1978.
12. JESUS, Santa Teresa de. *Camino de Perfección*. 2.ed. Madrid, Ed. Rialp S.A., 1976.
13. LAO-TZEN. *La voie et sa vertu. Tao-tê-King*. Texte chinois présenté et traduit par François Houang et Pierre Leyris Paris, Ed. du Seuil, 1979.
14. LOBATO, Monteiro. Tradução e Adaptação de *Alice no País das Maravilhas*, (por Lewis Carroll), 8.ed., S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1958.
15. MATTOSO, Câmara Jr. *Dicionário de Filologia e Gramática*. 3. ed., São Paulo, ed. J. Ozon, 1968.
16. NAVA, Pedro. *Galo das Trevas*. Memórias 5, 2. ed., Rio, José Olímpio, 1981.
17. OCHS. "Planned and Unplanned Discourse". In: GIVÓN, T. (ed) *Syntax and Semantics* 12, New York, Academic Press, 1979.
18. PONTES, E. "Da Importância do Tópico em Português." Comunicação apresentada ao V Encontro Nacional de Lingüística. PUC/RJ, 1980.

19. ROSS, J.R. *Constraints on Variables in Syntax*. Dissertação de Doutorado. MIT, 1967.
20. SAID ALI, M. *Gramática Secundária*. 6.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1965.